

da: Simone Schneider, Elvira Pillon, Elci Birek, Ilex Lourenço  
Dionísio, Elvira Long, Coelheiras, Anselmo Neuberger, Wilson  
Velloso, Velloso, Marina Welter, Neila Teresinha Leal  
Schlotfeldt, Alexandre Reisdorfer de Lima.

Ata Nº 03/2004

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil  
e um na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Caxito  
Queimado, Rio Grande do Sul, sito na Rua Monsenhor Welski,  
número 1300, realizou-se uma reunião com todos os  
membros do Conselho Municipal de Saúde, para a criação  
do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde  
deste município.

Primeiramente a Secretária leu a ata número dois  
de dois mil e um, foi aprovada e assinada por  
todos os presentes. Dando continuidade a reunião  
o Senhor Vice-presidente Doutor Alexandre Reisdorfer  
de Lima, assumindo o cargo de Presidente na  
ausência temporária da Senhora Presidente El-  
vira Adams, para auxílio a tratamento  
médico familiar e juntamente com a participação  
e colaboração da Senhora Enfermeira Elvira Pillon  
do Conselho do município de Saúde de Caxito  
e membro do Conselho Regional de Saúde por  
sua experiência vivenciada e assumida neste con-  
selho, trouxe-nos auxílio e explicação de como pro-  
ceder-nos nesta criação. Primeiramente a explicação  
da importância do Regimento Interno seguindo  
pela sua formação. Capítulo primeiro sobre a Ins-  
tituição e Definições, capítulo segundo, das atribuições,  
capítulo terceiro, das Diretrizes básicas de atuação;  
capítulo quarto, da composição do Conselho Muni-  
cipal de Saúde devidamente com suas atribuições;

03

capítulo quinto; da estrutura integrante do plano; capítulo sexto; das indicações e substituições, das faltas e substituições, capítulo sétimo; das reuniões e deliberação e por último o capítulo oitavo, das disposições gerais, sendo criado, debatido todos os capítulos do Regimento Interno e aprovado. O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á no próximo dia sete de abril do corrente ano, onde será enviado aos membros do Conselho um Edital de Convocação sobre os assuntos a tratar. Nada mais havendo a tratar lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim Neila Teresinha Lreal Schlotfeldt, secretária do Conselho Municipal de Saúde e pelos presentes. Mato Quimado, 10 de março de 2001 Neila Teresinha Lreal Schlotfeldt, Mercedes R. Ribeiro de Jesus, exat. J. Schneider, Elci Bires, Elcin Long, Goethens, Valécio Müller, Alci Vna Eestling, Elvira, Wilson Joxene Schmidt.

Ata nº 04/2001

Ass sete dias do mês de abril do ano de dois mil e um, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Mato Quimado, Rio Grande do Sul, sita na Rua Monroe nº 1300, realizou-se uma reunião com todos os membros do Conselho Municipal de Saúde para a aprovação do PAB, Plano de Aplicação Básica, de go, Plano de Aplicação do Recurso da municipalização solidária, sendo o seguinte: Consulta especializada no valor de um mil reais; Materiais de equipamentos de seis mil reais; Recursos para Medicamentos no valor de quatro mil cento e oitenta e três reais; Recursos Especializados de Diagnósticos no valor de um mil e quatro

## Conselho Municipal de Saúde (CMS) – Mato Queimado – RS

### Regimento Interno

#### Capítulo I

##### Da Instituição e Definição

Art.1 – O Conselho Municipal da Saúde do Município de Mato Queimado, Estado do Rio Grande do Sul, criado pela Lei Municipal nº 016 / 2001 de 11 de janeiro de 2001, constitui-se um órgão consultivo, deliberativo, fiscalizador e de assessoramento ao Poder Executivo, nas questões relativas à municipalização e à operacionalização da Saúde Pública.

Parágrafo Único – O Conselho Municipal da Saúde de Mato Queimado, RS, fica vinculado à estrutura da Secretaria do Desenvolvimento Humano, Diretoria da Saúde, Meio Ambiente e Ação Social.

#### Capítulo II

##### Das atribuições

Art. 2 – O Conselho Municipal de Saúde tem como atribuições o seguinte:

I – Deliberar sobre o estabelecimento, acompanhamento e avaliação da política Municipal de Saúde, consoante a política Nacional de Saúde, objetivando a implantação do Sistema Único de Saúde, mediante o aperfeiçoamento dos programas de Saúde, contribuindo para o avanço da Reforma Sanitária.

II – Deliberar sobre as normas a serem seguidas na implantação do Sistema Único da Saúde, de acordo com as diretrizes estabelecidas, ou por outras que venham a ser regularmente definidas.

III – Coordenar, acompanhar e avaliar a implantação e o desempenho do Sistema Único de Saúde.

ESTE V. PUBLICADO NO QUADRO DE  
PUBLICAÇÕES DA PREF. MUN. DE  
MATO QUEIMADO  
DE 12/06/03 ATÉ 14/07/03  
MATO QUEIMADO RS EM 14/07/03  
W. M. do,

IV – Aprovar o Plano Municipal de Saúde para toda a rede de serviços de Saúde financiados com recursos públicos encaminhando-o para a homologação do Prefeito.

V – Propor, se for o caso, para a aprovação do Ministério da Saúde, a prorrogação de prazo para a implantação do SUS.

VI – Elaborar e aprovar o seu regimento.

VII – Apreciar os assuntos que lhe forem submetidos, deliberando por maioria de votos, em forma de Resolução, que será afixada na portaria da Diretoria Municipal de Saúde, ou publicada de forma resumida em jornal de circulação local.

VIII – Zelar pela fiel observância das leis e regulamentos que regem a matéria.

IX – Fiscalizar todos os assuntos que se relacionem com os interesses do Conselho.

### Capítulo III

#### Das Diretrizes Básicas de Atuação

Art. 3 – São as seguintes Diretrizes Básicas de Atuação do Conselho Municipal de Saúde:

I – A universalização, garantia e acesso igualitário dos serviços de saúde à toda a população do Município.

II – Priorização do setor público.

III – O Conselho Municipal da Saúde organizará e disciplinará a rede de atendimento, de forma regionalizada e hierarquizada dos serviços públicos e privados.

IV – A prevenção das dicotomias preventivo e curativo, individual e coletivo, ambulatorial e hospitalar.

V – Descentralização do processo de planejamento e administração.

VI – Garantia da participação dos representantes populares nas decisões, definição de necessidade e avaliação do nível de desempenho da assistência pública e privada.

### Capítulo IV

#### Da Composição do Conselho Municipal de Saúde

ESTE VI PUBLICADO NO QUADRO DE  
PUBLICAÇÕES DA PREF. MUN. DE  
MATO QUEIMADO  
DE 12/06/03 ATÉ 14/10/03  
MATO QUEIMADO RS EM 14/12/03

Art.4 – O Conselho Municipal da Saúde (CMS) será composto por:

- I – 1 representante da Diretoria da Saúde, Meio Ambiente e Ação Social;
- II – 1 representante da Diretoria da Educação, Cultura esporte e lazer;
- III – 1 representante dos profissionais na área de saúde;
- IV – 1 representante da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento;
- V – 4 representantes dos usuários, sendo todos com seus respectivos suplentes.

Parágrafo Único – A participação dos usuários será paritária em relação aos demais segmentos.

Art.5 – A composição do Conselho Municipal da Saúde poderá ser alterada por, pelo menos, metade mais um de seus membros.

Art. 6 – O Presidente do Conselho Municipal da Saúde será eleito pelo voto dos conselheiros na sua primeira Assembléia ordinária, sendo que o segundo mais votado será o vice-presidente.

Art. 7 – O Secretário Executivo do CMS será escolhido pelo Presidente, e recaindo a escolha na pessoa de seu suplente, será substituído por servidores da Diretoria Municipal da Saúde, de sua livre escolha, nas ocasiões em que estiver servindo em substituição ao membro efetivo.

Art. 8 – Ocorrendo empate na votação, por duas vezes consecutivas, será proferido o voto de desempate pelo Presidente do CMS.

Art. 9 – Ao Presidente do CMS cabe o exercício das seguintes atribuições:

- I – representar o Conselho ou designar um dos membros para representá-lo.
- II – presidir as reuniões do Conselho.
- III – subscrever e fazer executar as deliberações ou decisões do Conselho.
- IV – decidir as questões de ordem.
- V – apresentar a pauta das sessões.
- VI – assinar as convocações dos membros para as reuniões do Conselho.
- VII – convocar as sessões extraordinárias do Conselho.
- VIII – desempenhar outras atribuições inerentes e necessárias ao pleno exercício da Presidência do Conselho.

Art. 10 – Cabe aos membros do CMS exercer as seguintes atribuições:

- I – comparecer as reuniões ordinárias e extraordinárias, justificando as faltas ocorridas;

ESTE V. PUBLICADO NO QUADRO DE  
PUBLICAÇÕES DA PREF. MUN. DE  
MAIO QUEIMADO  
DE 12/06/03 ATÉ 14/07/03  
MAIO QUEIMADO RS EM 14/07/03.  
*[Assinatura]*  
SECRETÁRIO

II – relatar, no prazo regimental, os processos que lhe forem atribuídos, proferindo pareceres conclusivos;

III – requerer, justificadamente, que constem da pauta assuntos que devam ser objeto de discussão e deliberação, bem como preferência para o exame de matérias urgentes;

IV – representar o Conselho quando designado pelo seu Presidente;

V – requerer a convocação de reuniões extraordinárias do Conselho para discussão de assuntos urgentes;

VI – apresentar projetos de resolução e formular moções ou proposições no âmbito de competência do Conselho;

VII – solicitar diligência ou pedido de vistas em processos que não estejam suficientemente instruídos;

VIII – propor alterações do Regimento;

IX – exercer outras atribuições inerentes à função do Conselheiro.

Art. 11 – São atribuições do Secretário Executivo do CMS :

I – solicitar e acompanhar a prestação das atividades de apoio necessário à execução dos trabalhos do Conselho;

II – secretariar as reuniões do Conselho e lavrar as respectivas atas;

III – providenciar a convocação dos membros do Conselho para as reuniões;

IV – organizar, de acordo com o Presidente, a ordem do dia para as reuniões do Conselho;

V – diligenciar, junto aos órgãos ou setores técnicos e administrativos, a preparação de processos ou materiais para discussão e deliberação pelo Conselho;

## Capítulo V

### Da Estrutura Integrante do Plenário

Art.12 – A Assembléia do CMS é constituída, conforme Legislação Municipal vigente que dispõe sobre a organização do CMS.

## Capítulo VI

ESTE V. PUBLICADO NO QUADRO DE  
PUBLICAÇÕES DA PREF. MUN. DE  
MATO QUEIMADO  
DE 12/06/03 ATÉ 14/10/03  
MATO QUEIMADO RS EM 14/12/03.  
*Almeida*  
SECRETÁRIO

## 1. Das Indicações e Substituições

Art. 13 – Cada Instituição/Entidade participante do CMS fará a indicação de seus Representantes efetivos e suplentes.

## 2. Das Faltas e Substituições

Art. 14 – Os membros do CMS serão substituídos, em suas eventuais ausências e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

Art. 15 – Os membros do CMS poderão ser substituídos a qualquer tempo pela respectiva Entidade, devendo, entretanto, haver a comunicação ao Conselho.

Art. 16 – Perderá a representação a Entidade cujo representante, no período de 1(um) ano, deixar de comparecer, sem justificativa prévia, a 3(três) sessões consecutivas, ou 5(cinco) sessões alternadas.

## **Capítulo VII**

### Das Reuniões e Deliberação

Art. 17 – O CMS reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário por convocação do seu Presidente, ou da maioria absoluta de seus membros.

Art. 18 – O CMS reunir-se-á nas dependências que lhe forem destinadas.

Art. 19- As reuniões do CMS obedecerão a seguinte ordem:

I – leitura, discussão e aprovação da Ata da reunião anterior;

II – leitura do expediente, discussão e deliberação dos processos, matérias ou assuntos constantes da pauta;

III – comunicações, requerimento e apresentação de moções ou indicações.

IV – distribuição de processos, matérias ou assuntos aos respectivos relatores.

§1º - Será lavrada Ata circunstanciada de cada reunião realizada pelo Conselho.

§2º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes deverão ser informados dos processos, matérias ou assuntos constantes de ordem do dia das reuniões, com

ESTE V. PUBLICADO NO QUADRO DE  
PUBLICAÇÕES DA PREF. MUN. DE  
MATO QUEIMADO  
DE 12/06/03 ATÉ 14/07/03  
MATO QUEIMADO RS EM 14/07/03  
*[Assinatura]*

antecedência mínima de 5 (cinco) dias, no caso de sessão ordinária, e de 24 (vinte e quatro) horas, de sessão extraordinária.

Art. 20 – O CMS instalará os trabalhos de suas sessões com a presença mínima de metade mais um de seus membros.

Art. 21 – O CMS deliberará sobre matérias e processos de sua competência, verificada a presença de, pelo menos,  $\frac{1}{4}$  (um quarto) de seus membros.

Art. 22 – A aprovação das matérias se dará por maioria simples.

Art. 23 – As reuniões do Conselho serão publicadas no órgão oficial para a publicação de atas da Prefeitura Municipal conforme Lei nº 010 de 05 de janeiro de 2001.

Parágrafo Único – Qualquer pessoa tem o direito de assistir às suas reuniões, embora não tenha o direito de se manifestar na sessão, a não ser com autorização do plenário.

Art. 24 – Nas reuniões ordinárias, o CMS poderá discutir sobre processo, matérias ou assuntos estranhos à ordem do dia, se algum dos membros solicitar, justificando a urgência e a necessidade de apreciação não prevista.

Parágrafo Único – Nas sessões extraordinárias somente poderão ser discutidos e aprovados os processos, matérias e/ou assuntos constantes da respectiva ordem do dia.

Art. 25 – Os processos, matérias e assuntos incluídos na ordem do dia, que, por qualquer motivo, não tenham sido objeto de discussão e/ou deliberação, deverão constar, necessariamente, na pauta da sessão ordinária seguinte.

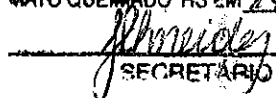
Parágrafo Único – O fato de constar, necessariamente, na pauta da sessão ordinária, nos termos do “caput” deste artigo, não impede que os referidos processos, matérias ou assuntos venham a ser discutidos e deliberados em sessão extraordinária, se incluído, na respectiva ordem do dia.

Art. 26 – Quando necessário, serão formadas em plenário, Comissões Técnicas para estudar assuntos específicos e elaborar pareceres a serem apresentados em reunião.

## Capítulo VIII

### Das Disposições Gerais

ESTEVE PUBLICADO NO QUALQUER DE  
PUBLICAÇÕES DA PREF. MUN. DE  
MATO QUEIMADO  
DE 12/06/03 ATÉ 14/07/03  
MATO QUEIMADO RS EM 14/07/03.

  
SECRETÁRIO




Art. 27 – Serão necessariamente submetidos à homologação do Prefeito as matérias que impliquem despesas acima dos recursos alocados e destinados a Saúde pelo orçamento Municipal, Estadual e Federal.


Parágrafo Único: Todo conselheiro a serviço do CMS terá direito a ter suas despesas ressarcidas, conforme Lei maior.

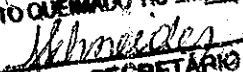
Art. 28 – O presente Regimento Interno poderá sofrer alterações, desde que estas, sejam aprovadas pela plenária do CMS, especialmente convocada para tal fim, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) do plenário e com voto favorável de 2/3 (dois terços) dos presentes.

Art. 29 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho, observando-se a legislação em vigor.

Mato Queimado, RS, 12 de junho de 2003.

  
Irni F. Hartmann Thum  
Secretária do CMS

  
Alexandro Reisdorfer de Lima  
Presidente do CMS

ESTE V. PUBLICADO NO QUADRO DE  
PUBLICAÇÕES DA PREF. MUN. DE  
MATO QUEIMADO  
DE 12/06/03 ATÉ 14/07/03  
MATO QUEIMADO RS EM 14/07/03  
  
SECRETÁRIA

Três Dalla Barba, Sheila Teresinha Leal de Toledo, Paulo  
Linsol de Azevedo, Danielle Prestes Uggeri

Ata nº 05/2003

Aos doze dias do mês de junho do ano dois mil e três reuniram-se na sala de reuniões da Diretoria Municipal de Saúde de Mato Queimados os Conselheiros Municipais de Saúde para uma assembleia ordinária. Primeiramente o Presidente Alexandre Reisdorfer de Lima deu as boas vindas a todos quando de imediato passou a palavra para a Diretora Municipal de Saúde Joziane Bentz Schneider para exposição dos planos e projetos da saúde. Primeiramente apresentou o Relatório de Gestão Financeira da Saúde referente ao primeiro trimestre do ano dois mil e três. Os valores foram os seguintes: o total gasto referente a fonte municipal foi R\$ 124.349,94 (cento e vinte quatro mil trezentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos, digos centavos) representando um percentual de 18,84 (dezoito vírgula oitenta e quatro) Da fonte estadual não foram recebidos recursos, havia um saldo de 1.191,91, rendimentos de 52,11 e gastos de 738,99 resultando um saldo de 505,03. Da fonte federal foram recebidos R\$ 25.627,81 (vinte e cinco mil seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e um centavos) e gastos R\$ 24.966,63 (vinte e quatro mil novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos) resultando um saldo de R\$ 10.530,03 (dez mil quinhentos e trinta reais e três centavos). Após a análise de todos os anexos os conselheiros de saúde aprovaram por unanimidade o presente relatório de gestão. O segundo anexo foi apresentação da Prestação de contas da

§ 30

gastos na aquisição de medicamentos básicos foram R\$ 142,03 e na aquisição de medicamentos não básicos R\$ 2.173,55. Da fonte estadual não foram recebidos recursos, porém foram gastos R\$ 435,19 (quatrocentos e trinta e cinco reais e dezesseis centavos). Da fonte federal foram recebidos R\$ 500,49 especificamente para aquisição de medicamentos essenciais e foram gastos R\$ 3.493,43 (três mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e três centavos). A prestação de contas foi aprovada por unanimidade. O terceiro assunto foi com relação aos recursos dos Companhos de Vacinação. Para nosso município são destinados R\$ 300,00 (trezentos reais). Decidiu-se pela aquisição de combustível para uso nos companhos e ainda na busca de faltosos. Aprovado por unanimidade. O quarto assunto foi com relação ao SISPACTO. Conforme discutido na última reunião com a presença da Coordenadoria Regional de Saúde foi firmada a pactuação para o ano de dois mil e três. Realizaremos avaliação dos resultados alcançados no ano que passou analisando o que deve ser melhorado. O quinto assunto foi com relação ao novo Regimento Interno que teve apenas uma modificação: não define dias certos para as reuniões ordinárias do Conselho. Foi entregue uma cópia para cada participante assinada pelo presidente e secretária. O Regimento será publicado no mural da Prefeitura Municipal e Diretoria de Saúde por 30 dias. O sexto assunto proposto pela Diretoria de Saúde foi com relação ao convênio com o Hospital Roque Gonzales de Taubaté. O convênio tem seu prazo de vigência até o final

36

Ata n.º 10/2010

As dezesseis dias do mês de julho de 2010, nas dependências da sala de reuniões, reuniram-se os conselheiros de saúde, para discutirem diversos assuntos, entre eles estão: aprovação do PAVS, plano de contingência no combate à dengue, regimento interno do Conselho de Saúde, incentivo estadual para a atenção básica. Referente ao PAVS, ele é um instrumento de planejamento que define ações para as três esferas de governo. Após descrever as bases e metas pactuadas para o ano de 2010, foi apresentado também a lista de documentos necessários para a montagem desse processo, as despesas com pessoal, material permanente e serviços, também foi descrita toda a infra-estrutura no que se refere a equipamentos para vigilância em saúde, sendo estes patrimônio da vigilância. O PAVS foi aprovado por unanimidade. Sobre o Plano de contingência no combate à dengue, no município de Mato Grosso, foram registrados do ano de 2007 - 7 focos de infestação, em 2008 - 5 focos e 2009 não foram encontrados nenhum foco, sendo que não foi constatado nenhum caso positivo da doença em si até o momento, isto se deve a implantação de ações eficazes que permitam conter a transmissão da dengue, diminuindo assim, as consequências sociais e econômicas que podem fluir numa epidemia. Sendo essas ações baseadas em duas linhas de prevenção e controle, sendo: capacidade operacional, redução de transmissão e dependências e controle vetorial, com investigação de casos, sendo este plano muito discutido e aprovado por todos. Sobre o regimento interno do Conselho de Saúde, o mesmo contém os seguintes tópicos: instituição e definição, atribuições de cada membro, as diretrizes básicas, a composição, estrutura, deliberações e disposições gerais, sendo revisado todo o regimento

plano de aplicação destina o valor de R\$ 1.965,71 para pagamento do pessoal que estará trabalhando no 3º turno no ano de 2010, nos meses de julho, agosto e setembro, sendo aprovado por todos os conselheiros. No que diz respeito ao incentivo estadual para atenção básica, cujo Objeto é ampliar o horário de atendimento com o 3º turno na unidade de saúde central e adquirir medicações para distribuição na farmácia municipal, onde se destina R\$ 1.635,00 para o pagamento de pessoal que irá trabalhar no 3º turno que a unidade estará aberta, e R\$ 3365,00 para aquisição de medicamentos, sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual lavei a presente ata, que após lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes: Iviane Theres, Sandra da Luz de Almeida, Tereza Welles, Jovita, Maria Bluntz, Loreni Lucise Paes, Lúcia Wagner, Lúis Dalla Barba, Terezinha Gersonia Hanauer, Elise Follmann, Rejane K. Adams, Luciene Ada Thomas, Joana Rêver.

Sandra da Luz de Alencar	Profissional de Saúde	Sandra Alencar
Joiane Thomas	Profissional Saúde	90
Optuoni Uelter	Profissional Saúde	Optuoni Uelter
Leirva Maria Hentz	Exp. Clube São Luiz	Leirva Maria Hentz
Leoni Laire Pausen	C. Católica	Leoni Laire Pausen
Lúcia Wagner	3º idade	Lúcia Wagner
Lres Della Barbra	Administração	DD
Terezinha G. Hanauer	Comunidade Católica	Terezinha G. Hanauer
Thel Folkmann	3º idade	Thel Folkmann
Rejane K. Adams	CPM escola	Rejane K. Adams
Vincent Y. Adams Thomas	Administração	Vincent Y. Adams Thomas
Joana Reis	Prof. Saúde	Joana Reis

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATO QUEIMADO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE SAÚDE

Mato Queimado – RS.

## REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE MATO QUEIMADO - RS.

O Presente Regimento Interno Regulamenta a Lei  
816/2010 e dá outras providências.

### CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - O presente Regimento Interno regulamenta as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Saúde de Mato Queimado, criado pela Lei Municipal 16/2001 e da nova redação da Lei municipal 816/2010, em conformidade com as disposições estabelecidas nas Leis orgânicas 8.080/90 e 8.142/90.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Saúde, órgão colegiado, deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal, integrante da estrutura básica da Diretoria Municipal de Saúde, Meio Ambiente e Ação Social, composto por 25% de representantes do governo, 25% de representantes dos trabalhadores de saúde e 50% de entidades de usuários tem como competência, formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

### CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º - São competências do Conselho Municipal de Saúde – CMS, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo:



I - Implementar a mobilização e articulação contínua da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS, para o controle social de Saúde.

II - Elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento.

III - Discutir, elaborar e aprovar proposta de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde.

IV - Participar das ações de planejamento e gestão do sistema Único de Saúde - SUS;

V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações de saúde e a prestação de serviços a população pelos órgãos e entidades públicas, privadas e filantrópicas do município em conjunto com a Diretoria Municipal de Saúde; Meio Ambiente e Ação Social.

VI - Fiscalizar a movimentação de recursos repassados à Diretoria Municipal de Saúde, Meio Ambiente e Ação Social. Definindo a alocação dos recursos, através do Fundo Municipal de Saúde;

VII - Atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado.

VIII - Definir diretrizes para elaboração e apreciação do plano Municipal de saúde e sobre ele deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços.

IX - Estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS.

X - Proceder à revisão periódica do plano de saúde.

XI - Deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os em face do processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da Saúde.

XII - Estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os níveis de Complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade.

XIII - Avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o Funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS.

XIV - Avaliar e deliberar sobre contratos e convênios, conforme as diretrizes do Plano Municipal de Saúde.

XV - Aprovar as propostas orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias artigo 195, § 2º da Constituição Federal), observado o princípio do processo de planejamento e orçamentação ascendentes artigo 36 da Lei nº 8.080/90.

XVI - Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e acompanhar a movimentação e destinação dos recursos.

XVII - Apreciar e aprovar previamente, definindo critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades filantrópicas e privadas quanto a prestação de serviços de saúde, respeitando o artigo 199 da Constituição Federal, tendo como preferência, as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos;

XVIII - Definir diretrizes e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal, oriundos das transferências do orçamento da União e da Seguridade Social, do orçamento estadual, 15% do orçamento municipal, como decorrência do que dispõem o artigo 30, VII, da Constituição Federal e a Emenda Constitucional Nº 29/2000 e outras que venham a surgir.

XIX - Analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos Conselheiros, acompanhado do devido assessoramento.

XX - Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar os indícios de denúncias aos respectivos órgãos, Conforme legislação vigente.

XXI - Examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias.

XXII - Estabelecer critérios para a determinação de periodicidade das Conferências de Saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde explicitando deveres e papéis dos conselheiros nas pré-conferências e conferências de saúde.

XXIII - Estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde e entidades governamentais e privadas, visando à promoção da Saúde.

XXIV - Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde, pertinentes ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde -SUS.

XXV - Constarão do conteúdo programático os fundamentos teóricos da saúde, a situação epidemiológica, a organização do SUS, a situação real de Funcionamento dos serviços do SUS, as atividades e competências do Conselho de Saúde, bem como a Legislação do SUS, sua política de saúde, orçamento e financiamento.

XXVI - Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões.

XXVII – Apoiar e promover a educação para o controle social.

XXVIII - Aprovar, encaminhar e avaliar a política para os Recursos Humanos do SUS.

XXIX - Acompanhar a implementação das deliberações constantes do relatório das plenárias dos conselhos de saúde.

XXX – Realizar assembléias com a comunidade para estabelecer o andamento das atividades do Conselho no que se refere as ações de saúde, fazendo avaliação do mesmo;

XXXI – Apreciar e propor iniciativas de alterações da legislação sanitária municipal;

XXXII - Discutir o conjunto de Leis que formam o Conselho Municipal de Saúde e encaminhar as propostas ao Chefe do Poder Executivo as alterações necessárias;

XXXIII - Manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência.

### CAPÍTULO III

### DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho Municipal de Saúde de Mato Queimado, será composto de 8 Conselheiros titulares e os respectivos suplentes, tendo a seguinte composição:

a) 50% representantes de entidades de usuários do Sistema Único de Saúde. As representações serão as seguintes: Representante dos Grupos de Terceira Idade, Circulo de Pais e Mestre (CPM), Clubes Sociais (Esporte clube São Luiz), Entidades Religiosas (Comunidade Católica Santo Estanislau)

b) 25% representantes dos trabalhadores de Saúde. As representações serão as seguintes: Profissionais do município que atua m no setor da saúde.

c) 25% representantes do governo municipal. As representações serão as seguintes: Diretoria da Educação e Secretaria da Administração, Finanças e Planejamentos.

§ 1º - Os segmentos que compõem o Conselho Municipal de Saúde serão escolhidos para representar a sociedade, no aprimoramento do Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 2º - as representações do Conselho Municipal de Saúde serão definidas em plenária do Conselho e/ ou na Conferência Municipal de Saúde e será realizada de forma direta, junto aos representantes dos segmentos organizados;

§ 3º - cada segmento representado no Conselho terá direito a um titular e um suplente que deverá ser escolhido e eleito entre seus membros;

§ 4º - A função de conselheiro é de relevância pública não devendo ser remunerado pelo exercício de suas funções sendo, portanto, garantida sua dispensa do trabalho sem prejuízo durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho Municipal de Saúde.

§ 5º - O número de representantes de USUÁRIOS é sempre paritário em relação ao conjunto dos demais segmentos representados no Conselho. Para garantir a legitimidade de representação paritária dos Usuários, é vedada a escolha de representantes dos usuários que tenham vínculo, dependência econômica ou comunhão de interesse com quaisquer dos representantes dos demais segmentos integrantes do Conselho.

§ 6º - Os representantes das entidades, órgãos e instituições junto ao CMS/MQ. deverão trabalhar e ter domicílio eleitoral em Mato Queimado.

§ 7º - O mandato do Conselho não deverá coincidir com o mandato do Governo Municipal.

Art. 5º - Será assegurado a todos os conselheiros do CMS o custeio de despesas de deslocamento e manutenção quando no exercício de suas funções.

§1º - Os conselheiros do CMS, quando em representação do órgão colegiado, terão direito a passagens estadia e demais despesas decorrentes da participação

§2º - Será garantido o pagamento de despesas de alimentação, estadia e deslocamentos aos delegados não conselheiros eleitos nas Conferências de Saúde.

§3º - Serão garantidos aos assessores técnicos convocados pelo Conselho de Saúde o ressarcimento das despesas de deslocamentos, hospedagem e alimentação, quando em atividade de assessoramento, mesmo que não sejam conselheiros ou servidores públicos.

Art. 6º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde serão nomeados pelo Prefeito através de Portaria ou Decreto mediante indicação:

I - Da eleição em assembléia das respectivas entidades representativas da Sociedade Civil Organizada referida na alínea "a" do artigo 4º dos representantes dos Usuários.

II - Da eleição em assembléia dos trabalhadores do nível médio e superior do setor público e dos prestadores de serviços referidos na alínea "b" do artigo 4º dos Representantes dos Trabalhadores da Saúde

III - Dos respectivos secretários, dirigentes municipais, referidos na alínea "c" do artigo 4º dos Representantes do Governo.

Art. 7º - Os membros titulares terão direito à voz e voto e os suplentes quando presentes às reuniões plenárias, terão assegurado o direito à voz, mesmo na presença dos titulares.

Art. 8º - Os representantes dos segmentos e/ou órgãos integrantes do Conselho Municipal de Saúde terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido após eleição ou indicação a critério de suas respectivas entidades, para mais uma gestão consecutiva.

§ 1º. Será dispensado o Conselheiro que sem motivo justificativo, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas num período de 12 (doze) meses ou mantenha conduta incompatível com a função de conselheiro.

§ 2º dispensado o Conselheiro deverá assumir automaticamente a condição de titular com plenos direitos o suplente devendo, as entidades responsáveis proceder com urgência eleições de novos representantes para compor as correspondentes suplências.

§ 3º A perda do mandato será declarada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, por decisão da maioria simples dos seus membros, comunicada ao Prefeito Municipal para tomada das providências necessárias a substituição, na forma da legislação vigente;

§ 4º As justificativas de ausências deverão ser apresentadas na Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, até 48 horas após a reunião.

#### CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO

Art. 9º. O Conselho Municipal de Saúde terá uma Mesa Diretora, como órgão operacional de execução e implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde - SUS do município com a seguinte composição:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Vice-Secretário.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente, serão eleitos entre os membros do Conselho de saúde, em reunião plenária com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido para mais uma gestão consecutiva.;

§ 2º O Secretário e o Vice-Secretário, serão eleitos entre os membros do Conselho de saúde, em reunião plenária com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido para mais uma gestão consecutiva.;

Art. 10º - Na ausência ou impedimento do presidente do CMS, o mesmo será substituído pelo Vice-presidente e na ausência deste, pelo Secretário.

Parágrafo Único - São elegíveis para a presidência do Conselho Municipal de Saúde todo e qualquer membro titular do Conselho.

Art. 11º - O Conselho Municipal de Saúde tem a seguinte organização:

- 1. Plenário

2. Mesa Diretora

3. Comissões e Grupo de Trabalho, quando houver necessidade

## CAPÍTULO V

### FUNCIONAMENTO E CONVOCAÇÃO

Art. 12º O Plenário do Conselho Municipal de Saúde é o fórum de deliberação máxima, configurado por Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento.

Art. 13º - O Conselho Municipal de Saúde terá as seguintes normas gerais:

I - o órgão de deliberação máxima será a Plenária do Conselho;

II – o Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou a requerimento da maioria simples de seus membros (50% + 1).

III - cada membro do Conselho terá direito a um único voto na Plenária do Conselho;

IV – o período de duração de cada reunião será de no máximo 03 (três) horas, contando do horário que se iniciou, exceto quando o plenário julgar necessário a prorrogação.

V – As seções Plenárias do Conselho será instalada com a presença da maioria simples dos membros (50% + 1) na primeira convocação.

VI - Após o presidente submeter o assunto para apreciação do plenário, será estabelecido tempo para apresentação do mesmo, estando, o plenário suficientemente esclarecido o assunto será submetido à votação.

VII - Caso o assunto seja polêmico e não for concluído dentro do prazo previsto, o plenário julgará ou não necessário que o mesmo entre na ordem do dia da próxima reunião.

VIII – O presidente do Conselho terá além de um voto comum, o de qualidade quando houver empate.

IX – As reuniões Plenárias são abertas ao público que terá direito a voz mediante autorização da Mesa Diretora ou do Plenário.

Parágrafo Único – o Conselho Municipal de Saúde publicará as datas das realizações das assembleias ordinárias e enviará convite aos conselheiros,

acompanhado da pauta com cópia da matéria a ser apreciada e cópia da ata anterior para apreciação prévia.

Art. 14º - O Conselho Municipal de Saúde constituirá comissões técnicas, formada em plenária, para estudos e trabalhos específicos e elaborar pareceres a serem apresentados em reunião quando o conselho achar necessário.

## SEÇÃO I DAS REUNIÕES

Art. 15º - O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á ordinariamente uma vez de cada mês, sempre às 14:00 horas, verificando se há quorum mínimo (50% + 1) na primeira chamada. Se no prazo de 30 (trinta) minutos não houver quorum a reunião será automaticamente cancelada. Nova convocação deverá ser feita, com intervalo de 08 (oito) dias. Caso na segunda convocação, volte a ocorrer à falta de quorum, esta também será cancelada decidindo-se na 3ª convocação com qualquer número de conselheiros presentes.

Art. 16º - A pauta da reunião ordinária constará de:

- a) discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- b) informes dos Conselheiros e apresentação de temas relevantes para o conhecimento da plenária.
- c) ordem do dia constando dos temas previamente definidos e preparados, nos termos que estabelece o § 5º deste artigo;
- d) deliberações
- e) definição da pauta da reunião seguinte;
- f) encerramento.

§ - 1º Os informes e apresentação de temas não comportam discussão e votação, somente esclarecimentos breves. Os Conselheiros que desejarem apresentar informe devem inscrever-se logo após a leitura e aprovação da ata anterior.

Art. 17º - as decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em Resolução, devendo ser aprovadas mediante quorum mínimo da metade mais um de seus integrantes.



§1º - O Secretário Municipal de Saúde, na qualidade de Gestor do Sistema Único de Saúde no município, terá o prazo de 30 (trinta) dias para homologar as Resoluções,

Art. 18º - As Reuniões do Conselho Municipal de Saúde, observada a legislação vigente, terão as seguintes rotinas, para ordenamento de seus trabalhos:

I - As matérias pautadas, após o processo de exame preparatório, serão apresentadas preferencialmente por escrito, destacando-se os pontos essenciais, seguindo-se a discussão e, quando for o caso, a deliberação;

II - As votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada conselheiro, ficando excluída a possibilidade de votação secreta;

III - A recontagem dos votos deve ser realizada quando a presidência da Plenária julgar necessária ou quando solicitada por um ou mais conselheiros.

## SEÇÃO II

### DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Art. 19º - As Comissões, criadas e estabelecidas pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde, tem, por finalidade, realizar estudos e trabalhos específicos e elaborar pareceres a serem apresentados em reunião articular políticas e programas de interesse para a saúde.

§1º - Em função das suas finalidades, as Comissões e Grupos de Trabalho têm como clientela exclusiva, o Plenário do Conselho Municipal de Saúde que lhes encomenda objetivos, planos de trabalho e produtos e que poderá delegar-lhes a faculdade para trabalhar com outras entidades.

Art. 20º - A constituição e funcionamento de cada Comissão e Grupo de Trabalho serão estabelecidos em Resolução específica e deverão estar embasados na explicitação de suas finalidades, objetivos, produtos, prazos e demais aspectos que identifiquem claramente a sua natureza.

Art. 21º - As Comissões e os Grupos de Trabalho poderão convidar qualquer pessoa ou representante de órgão municipal, empresa privada, sindicato ou entidade civil, para comparecer às Reuniões e prestar esclarecimentos desde que aprovado pelo Plenário.

## CAPÍTULO VI

## SEÇÃO I

### DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Art. 22º - São atribuições do Presidente:

- I – Convocar e coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho e exercer as disciplinas do trabalho;
- II – Representar o Conselho em todos os atos oficiais, administrativos e jurídicos;
- III – Assinar os documentos expedidos e prestar informações solicitadas pelas instituições após apreciação do plenário do CMS;
- IV – Esclarecer aos conselheiros os assuntos em pauta a serem tratados nas reuniões;
- V – apresentar ao CMS todos os documentos e correspondências recebidos do SUS e de outras fontes;
- VI – cumprir e fazer cumprir a Lei que cria o CMS, o Regimento Interno e as deliberações do mesmo.
- VII - Encaminhar, para efeito de divulgação pública, as Resoluções,.
- VIII - Manter o Conselho permanentemente informado sobre planos, programas, convênios e repasses de recursos.
- IX - Elaborar em conjunto com os Conselheiros, técnicos e Assessores da Diretoria Municipal de Saúde o Plano de Saúde e as propostas orçamentárias da Diretoria Municipal de Saúde.
- X - Instalar as Comissões e Grupos de Trabalho; quando houver necessidades.
- XI – desempenhar outras atribuições de sua competência.

Art. 23º - São atribuições do vice-presidente:

- I Substituir ao Presidente em suas faltas e impedimentos;
- II – Colaborar com o Presidente no desenvolvimento de suas atribuições;
- III – Desenvolver outras atribuições de sua competência

## SEÇÃO II

### DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO

Art. 24º – O secretário terá as seguintes atribuições:

- I - Preparar antecipadamente as reuniões do Plenário do Conselho organizando a pauta e o material de apoio às reuniões;
- II - Providenciar local adequado e meios necessários às reuniões do Conselho Municipal de Saúde,
- III - Acompanhar as reuniões do Plenário, assistir ao Presidente da mesa e anotar os pontos mais relevantes, visando a checagem da redação final da ata;
- IV - Dar encaminhamento às conclusões do Plenário, inclusive revendo a cada mês, a implementação de conclusões de reuniões anteriores;
- V – Acompanhar, apoiar e encaminhar os trabalhos das Comissões e Grupos de Trabalho, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação de resultados ao Plenário;
- VI - Articular-se com os Coordenadores das Comissões e Grupos de Trabalho, para fiel desempenho das suas atividades, em cumprimento das deliberações do Conselho Municipal de Saúde e promover o apoio necessário às mesmas;
- VII - Submeter ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde o relatório das atividades do Conselho Municipal de Saúde do ano anterior
- VIII – Administrar ou executar todo serviço de competência da secretaria, despachando os processos e expedientes de rotina e conservando em ordem os documentos e arquivos do CMS;
- IX - cumprir e fazer cumprir a Lei que cria o CMS, o Regimento Interno e as deliberações do mesmo;
- X - Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde assim como pelo Plenário;

Art. 25º - São atribuições do vice-secretário:

- I Substituir ao Secretário em suas faltas e impedimentos;
- II – Colaborar com o Secretário no desenvolvimento de suas atribuições;
- III – Desenvolver outras atribuições de sua competência

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26º - O Conselho Municipal de Saúde poderá organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho e outros eventos, que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, visando subsidiar o exercício das suas competências, tendo como relator um ou mais Conselheiros por ele designado(s).

Art. 27º é vedado ao presidente do CMS tomar decisões isoladas, sem o prévio conhecimento e aprovação do plenário de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 28º O presidente do CMS poderá ser afastado do cargo por votação em plenário, se ocorrerem denúncias apuradas e comprovadas que atentem contra as regras estabelecidas por este Regimento.

Art. 29º É de responsabilidade do CMS comunicar oficialmente 60 dias antes do termino do mandato ao Poder Executivo e Instituições de origem o prazo para indicação dos novos membros do CMS.

§ 1º É de responsabilidade das instituições representativas no prazo de 30 dias após recebimento do comunicado do Conselho, fazer a indicação de novos membros para a composição do CMS.

§ 2º com relação às entidades que representam os usuários e trabalhadores de saúde, os membros do Conselho serão eleitos em assembleias ou plenárias de saúde, com ampla divulgação para que resulte em maior participação.

Art. 30º o término do mandato do Conselho atual ocorrerá após a posse de novos conselheiros em consonância com o artigo 38 deste Regimento.

Art. 31º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão dirimidas pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 32º - Este Regimento Interno entrará em vigor na data da sua aprovação pelo plenário e homologado pelo Gestor Municipal.

Art. 33º - revoguem-se as disposições em contrário.